

Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

UNIÃO ECONÓMICA E MONETÁRIA

4.º ano, turma A / Noite - 11 de janeiro de 2024 - Duração: 100 minutos

Tópicos de correção

1. Identificação das uniões monetárias «históricas», concretizadas sobretudo no decurso do século XIX, no continente europeu. Sua caracterização sumária, tendo em conta o facto de vigorarem na altura sistemas monetários metalistas, baseados no ouro ou na prata, e dificuldades de os membros garantirem a permanência dos acordos celebrados, o que antecipa as dificuldades das uniões monetárias internacionais modernas, quando envolvam países com economias e sociedades política e socialmente (muito) diversas, como é o caso da zona euro. Enumeração das principais dificuldades de participação de um país num processo de unificação monetária internacional, o que pressupõe adaptação e cumprimento das regras comuns da união.
2. Criação, caracterização e funcionamento do Sistema Monetário Europeu e explicação da medida em que os seus elementos inovadores contribuíram para preparar, e em que medida, a vigência da atual união monetária europeia, embora assimetricamente: sem atender às especificidades reais dos vários países participantes. Contraste entre as vertentes económica e monetária da UEM, com critérios quantificados e precisos no caso da unificação monetária e com critérios essencialmente qualitativos no caso da unificação económica, abrangendo aspetos muito diversos, relativos à convergência real, baseada na produtividade e competitividade, de mais difícil concretização. Debate antigo, que se mantém, sobre o método mais apropriado de concretização de uma união monetária internacional, consoante se priorize a vertente monetária ou «económica».
3. Mandato do Banco Central Europeu e do Eurossistema, tal como previsto nos Tratados europeus, e seu conteúdo. Como pode/deve ser prosseguido, isolada ou conjugadamente com outro(s) objetivo(s). Contraposição com

outro tipo de mandatos, anteriormente vigentes (incluindo em Portugal) e «ainda» seguidos noutras partes do mundo e por outros bancos centrais. Evolução das taxas de inflação durante o funcionamento da área do Euro, incluindo nos últimos anos, e seu significado (quanto ao cumprimento ou não do mandato do BCE). Impacto quanto à credibilidade do banco central e da sua atuação e quanto à confiança das pessoas (dos agentes económicos) na moeda e sobre a evolução da economia. Justificação da análise realizada.

4. O relatório citado desaconselha a adesão da República Checa à zona euro, por a considerar uma «construção imperfeita e inacabada», sem progressos significativos no sentido do seu aprofundamento, com vários membros endividados «perto dos limites da sustentabilidade». Contrapõe, assim, os custos e benefícios das uniões monetárias internacionais e, concretamente, da Zona Euro atual. O balanço entre custos e benefícios varia de país para país, consoante as semelhanças e diferenças económicas, sociais e políticas nele existentes face ao conjunto da Zona Euro, segundo os ensinamentos da teoria das áreas monetárias ótimas. Identificação dos principais custos e benefícios de participação numa união monetária e explicação de como os custos poderão ser minorados ou solucionados. Explicar o que já foi feito e o que faltará para tornar (mais) sustentável a atual UEM.